



CONTROLE E NORMATIZAÇÃO COM VISTAS À EXCELÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL (1937-1945)

Claudemir de Quadros [*]

RESUMO

No Rio Grande do Sul, o processo de nacionalização do ensino abriu um campo de possibilidades para a atuação do Estado no âmbito educacional. Neste texto, apresenta-se um estudo bibliográfico, documental e descritivo, que tem como objetivo demonstrar como o governo estadual se reaparelhou, com vistas à instituir uma nova racionalidade administrativa, marcada pelo controle e pela normatização. Conclui-se, que o processo de reorganização e reaparelhamento Estado, no âmbito educacional, que até então dispunha de uma pequena estrutura administrativa, restringia-se a poucos atos legislativos e a algumas iniciativas de aperfeiçoamento do magistério, engendrou as condições de emergência da reforma e da modernização educacional, a partir da qual o Estado proporcionou uma orientação e, sobretudo, uma direção político-pedagógica para a educação.

Palavras-chave: História da Educação. Nacionalização do ensino. Reforma educacional. Rio Grande do Sul.

CONTROL AND STANDARDIZATION WITH A LOOK TO THE EXCELLENCE OF THE SCHOOL ORGANIZATION IN RIO GRANDE DO SUL (1937-1945)

ABSTRACT

In Rio Grande do Sul, the nationalization process of education has open a field of possibilities for State action in the educational area. In this context, we present a bibliographic, documentary and descriptive study, which has as aim to demonstrate how the State government refitted itself, in order to institute a new administrative rationality, marked by control and regulation. We have concluded, that the process of State reorganization and refitting, in the educational field, that so far had a small administrative structure, was restricted to some legislative acts and some initiatives to improve teaching, it was created the emergency conditions to reform and educational modernization, from which the State has provided an orientation and, above all, a political-pedagogic direction for education.

Keywords: History of Education. Teaching nationalization. Educational reform. Rio Grande do Sul.

CONTROL Y REGULACIÓN CON VISTAS A LA EXCELENCIA DE LA ORGANIZACIÓN ESCOLAR EN RIO GRANDE DO SUL (1937-1945)



RESUMEN

En Rio Grande do Sul, el proceso de nacionalización de la enseñanza abrió un campo de posibilidades para la actuación del Estado en el campo educacional. Este texto presenta un estudio bibliográfico, documental y descriptivo, que pretende demostrar cómo el gobierno estadual se reequipó, para instituir una nueva racionalidad administrativa, marcada por el control y la estandarización. La conclusión es que el proceso de reorganización y reequipamiento del Estado en el campo educacional, que hasta entonces tenía una estructura administrativa pequeña, restringida a algunos actos legislativos y a algunas iniciativas de perfeccionamiento del magisterio, creó las condiciones para el surgimiento de la reforma y la modernización educacional, a partir de la cual el Estado proporcionó una orientación y, sobre todo, una dirección político-pedagógica para la educación.

Palabras clave: Historia de la Educación. Nacionalización de la Educación. Reforma Educacional. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, o discurso da nacionalização do ensino (Quadros, 2006, 2014, 2023), ao mesmo tempo em que buscava constituir novos sujeitos de uma condição moral e patriótica, produziu aquilo sobre o que se pôs a falar, o outro – o estrangeiro –, como perigo. Informou a ação do governo, que se reaparelhou para enfrentar o gravíssimo problema. Neste caso, admite-se, como sugere Popkewitz (1997), que o discurso não pode ser visto somente como uma expressão das relações sociais, mas como um aspecto dos mecanismos pelos quais o mundo é produzido.

Assim, a nacionalização do ensino, ao mesmo tempo em que promoveu a visibilidade de complexas tensões e conflitos sociais, que penetraram nas escolas e que envolviam não menos complexas relações de poder, das quais participavam variados atores – governo, imprensa, instituições religiosas, militares, comunidades, professores e estudantes –, abriu um campo de possibilidades para a atuação governamental no âmbito educacional do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, destaca-se o reaparelhamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública – Sesp –, com a ampliação de sua estrutura administrativa e a implantação de novas formas de gestão da educação. Com isso, adquiriram proeminência uma extensa e minuciosa normatização e burocratização, bem como uma forte vontade



disciplinante, que se manifestaram na prescrição detalhada dos programas de ensino e das atividades escolares, na orientação pedagógica ao magistério e no controle rigoroso e detalhado da execução da reforma educacional.

Para abordar esse importante período da História da Educação do Rio Grande do Sul, apresenta-se este estudo, que tem um cunho bibliográfico, documental e descritivo, e pelo qual se esforça em demonstrar como o governo estadual se reaparelhou para estabelecer uma racionalidade administrativa, marcada pelo controle e pela normatização, com vistas à alcançar a excelência da organização escolar no Rio Grande do Sul.

APARELHAMENTO DO ESTADO: REFORMA ADMINISTRATIVA, LEGISLAÇÃO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO

Até 1935, a estrutura do instância estadual encarregada dos assuntos educacionais, a Diretoria Geral de Instrução Pública - DGIP -, vinculada à Secretaria do Interior e Exterior, contava com um número reduzido de funcionários: uma diretoria geral, com um diretor, e três secções: a Secção Administrativa, com 14 funcionários; a Secção Técnica, com 22 funcionários; e a Secção de Almoxarifado, com dois funcionários. Além destes, havia representantes – os delegados –, nas sedes das regiões escolares, e subdelegados distritais. Cabia-lhes administrar, articular, orientar e fiscalizar o ensino ministrado nos estabelecimentos mantidos pelo governo estadual.

A educação primária no Rio Grande do Sul, era regulamentada pelos seguintes atos principais: a Constituição Estadual, que determinava a obrigação do Estado em prover o ensino primário; o decreto n. 3.898, de 4 de novembro de 1927, que, ao longo dos seus 111 artigos, regulamentava a instrução pública a partir de suas bases gerais: organização do ensino público, matrículas, exames, diretores e professores, alunos, provimento dos cargos de professores efetivos, fiscalização do ensino e comemorações; o decreto n. 3.903, de 14 de outubro de 1927, que aprovava o regimento interno dos estabelecimentos de ensino público; o decreto n. 3.975, de 28 de dezembro de 1927, que aprovava o programa para o concurso de acesso ao magistério público; o decreto n. 4.258, de 21 de janeiro de 1929, que tratava da



organização e funcionamento da Diretoria Geral de Instrução Pública; o decreto n. 4.277, de 13 de março de 1929, que regulamentava o ensino complementar e normal.

Em 1935, pelo decreto n. 5.969, de 26 de junho, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública - Sesp. Em 10 de agosto, pelo decreto n. 6.037, estipulou-se a organização provisória dos serviços da Secretaria, que foi estruturada em seis diretorias: Expediente; Instrução Pública; Higiene e Saúde Pública; Assistência a Alienados; Museu do Estado e Biblioteca Pública. No entendimento de Werle (2005), essa organização refletia, ainda, “uma secretaria que administrava instituições, sem uma perspectiva de planejamento e articulação de graus e de ações no território do Estado” (p. 244).

Note-se, que esta desarticulação já havia sido apontada por Lourenço Filho (1941), que no prefácio do *Boletim do Inep n. 12*, apresentou um diagnóstico sobre a situação nacional e estadual da organização dos serviços de educação. Lourenço Filho (1941), escreveu que, embora a maioria dos Estados tivesse cumprido a determinação do art. 152, da Constituição de 1934, de manter um departamento autônomo de educação, esta mudança de denominação não havia alterado substancialmente o tipo de administração existente. No geral, as diretorias gerais ou departamentos de educação restringiam-se à realização dos serviços de administração geral – controle do pessoal e do material necessário às instituições do ensino –, e apresentavam deficiências do ponto de vista da organização técnica.

Neste mesmo documento, são apontados, ainda, outros elementos que configuram um quadro de insuficiência na organização dos serviços administrativos da educação: no geral, os governos estaduais não dispunham de uma legislação educacional codificada; devido à restrições orçamentárias, vários órgãos e serviços previstos não entravam em funcionamento; havia uma expressiva variedade de denominações dos órgãos e serviços, assim como uma multiplicidade de denominação dos cargos e falta de definição de atribuições em regulamentos; praticamente inexistiam órgãos que tratassem do planejamento, financiamento e organização escolar; os serviços municipais não trabalhavam de forma coordenada com os estaduais. A lista é longa e o diagnóstico final é que, de modo geral, “não se teriam convencido ainda os governos regionais da importância que a conveniente organização



administrativa dos serviços educacionais pode e deve ter no planejamento, execução e verificação desses mesmos serviços” (LOURENÇO FILHO, 1941, p. 32).

O movimento de reestruturação da educação no Rio Grande do Sul, se aprofundou com a posse do secretário José Pereira Coelho de Souza na Sesp, em outubro de 1937. Reorganizou-se a Diretoria Geral de Instrução Pública, com a transformação do cargo de diretor da Secção Administrativa em cargo de confiança; a criação do cargo de diretor da Secção Técnica; a criação das delegacias regionais de ensino e dos cargos de delegados e orientadores de educação elementar; a criação dos cargos de auxiliares de Delegacia; a designação de dezesseis professores, em cargos comissionados, para atuação no gabinete da Diretoria Geral de Instrução Pública, nas secções administrativa, técnica e no serviço de nacionalização.

Os fundamentos desta reestruturação, podem ser sentidos numa entrevista que, três meses após tomar posse, Coelho de Souza concedeu ao jornal *Correio do Povo*. Nela, o secretário apontou as suas principais preocupações, o que ele chamava de “alicerces de uma obra”:

Reformar completamente o sistema de ensino, a partir de um novo padrão de educação: a educação integral para um novo homem; cercar-se de técnicos de reconhecida capacidade; preocupar-se com o magistério; implantar um plano de construção de edifícios escolares e adquirir material escolar para equipar as escolas. (CORREIO DO POVO, 3 fev. 1938, p. 10)

Pelo decreto n. 7.615, de 13 de dezembro de 1938, foram regulamentados os serviços pertinentes à Sesp, mediante a justificativa de que esta, desde sua criação, pelo decreto n. 5.969, de 26 de junho de 1935, observava, ainda, o regulamento em vigor na Secretaria dos Negócios do Interior e que sua atual organização, em face de uma multiplicidade de serviços criados, não correspondia de modo apropriado às suas necessidades.

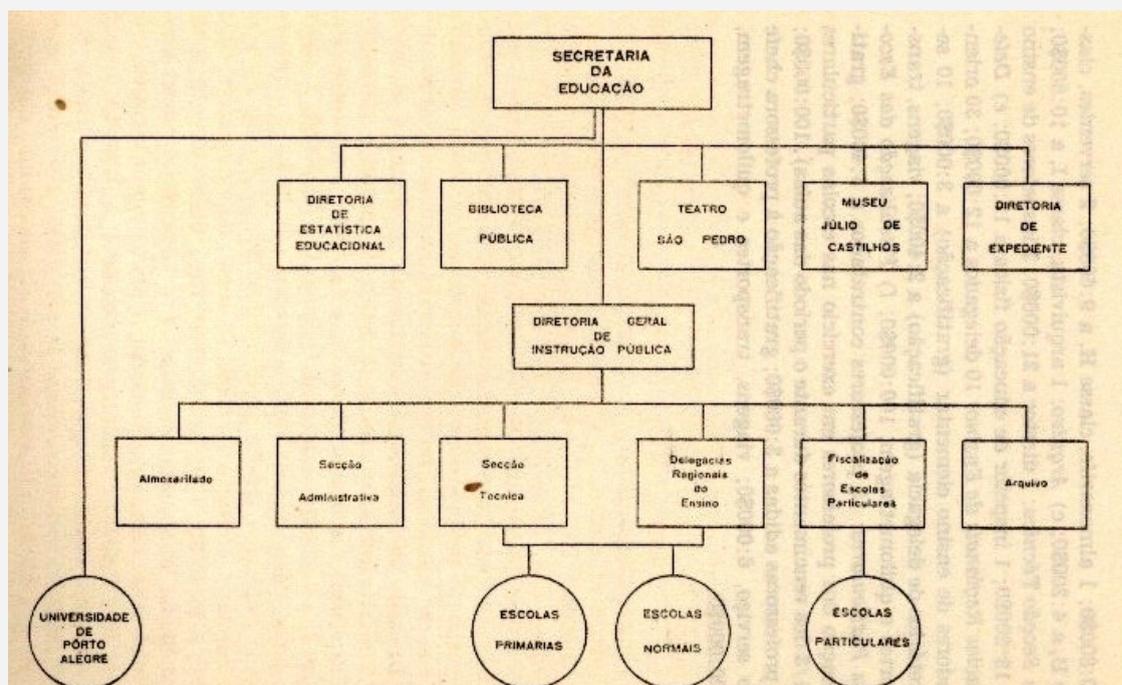
De acordo com o artigo primeiro deste decreto, a Sesp compreendia: a Diretoria Geral de Instrução Pública; a Universidade de Porto Alegre; o Ginásio Estadual; a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul; o Departamento Estadual de Saúde; a Diretoria de Assistência a Psicopatas; a Biblioteca Pública; o Museu Júlio de Castilhos; o Teatro São Pedro e a Diretoria de Estatística Educacional. No decorrer do texto do decreto, aparecem outras duas



diretorias: o artigo terceiro cita a Diretoria Geral – órgão intermediário entre o gabinete do secretário e as demais repartições da secretaria –, e o artigo sexto faz referência à Diretoria de Expediente.

No *Boletim do Inep n. 12* (MEC/Inep, 1941), foi publicado um organograma, pelo qual pode-se ver a organização da Secretaria, embora com a omissão de alguns órgãos referidos no decreto n. 7.615/1938: Ginásio Estadual, Universidade Técnica do Rio Grande do Sul e Diretoria Geral. O organograma omite também os órgãos relacionados à saúde pública, inclusive o nome da Secretaria, grafado apenas Secretaria da Educação.

FIGURA 1 - Organograma da Sesp, 1941.



Fonte: MEC/Inep, 1941, p. 107.

Concomitante à reestruturação administrativa, Coelho de Souza procurava constituir a Sesp como um espaço autorizado e de poder sobre os assuntos educacionais. Para tanto, procurou reformular hábitos e comportamentos, bem como institucionalizar uma racionalidade administrativa inovadora, diante de antigas práticas clientelistas ou de relações



políticas, por meio das quais se procurava burlar as instâncias e os ritos administrativos que se buscava estabelecer:

Verificando-se, continuamente, que algumas direções de estabelecimentos de ensino encaminham as suas pretensões e reclamações por intermédio de autoridades municipais ou de antigos chefes políticos e que outras o fazem diretamente à Interventoria [...] recomendo-vos, de ordem superior, o seguinte: a) deveis reconhecer como chefe imediato o snr. Secretário da Educação e Saúde Pública; b) sempre que se fizer necessária qualquer medida, deveis vos dirigir à Secretaria da Educação, diretamente e por intermédio da Diretoria Geral da Instrução Pública, sem vos utilizardes de interpostas pessoas. (SESP, ofício circular n. 8.310, 22 jul. 1938)

Com vistas à implantar a reforma, o governo pôs mãos à obra. Segundo o relatório de 1940 da Diretoria Geral de Instrução Pública, entre 1938 e 1939 criaram-se 114 grupos escolares e 101 escolas isoladas. De acordo com o mesmo relatório, houve uma preocupação com a distribuição racional das escolas, em função da população em idade escolar e de melhores condições de instalação e funcionamento. Mas isso era uma gota d'água num oceano de insuficiência das condições das escolas mantidas pelo governo estadual, especialmente no interior:

As escolas que serão construídas com mil e poucos contos simplesmente podem servir para o abrigo dos próprios alunos que, no interior do Estado, são forçados a buscar prédios absolutamente inadequados, sem higiene. [...] A iniciativa de um plano modesto, e até medíocre quantitativamente, não nos permite estacionar nas dezenas de escolas a serem construídas onde precisamos de milhares. (CORREIO DO POVO, 1º mar. 1938, p. 5)

Lourenço Filho, no entanto, não poupou elogios ao plano de construções de prédios escolares do governo estadual. Em editorial da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, transcrito pelo jornal *Correio do Povo* (18/4/1945, p. 3), afirmou que o Rio Grande do Sul oferecia um admirável exemplo no que se referia às construções escolares, destacando-se prédios confortáveis e higiênicos, com salas de aula, auditório, ginásio, cantina, acomodações para serviço médico, trabalhos manuais, museu didático e biblioteca.

Porém, o governo estadual tinha dificuldades na sua relação com as prefeituras, com as direções das escolas e com os professores, quanto à construção e manutenção dos prédios. Em 1940, pelo ofício circular n. 1.376, de 11 de novembro, o secretário da Educação solicitou que os prefeitos fornecessem prédios para o funcionamento das escolas estaduais nas sedes dos



municípios e na zona rural, até que os recursos orçamentários permitissem a construção de prédios próprios, mas poucas prefeituras atenderam à solicitação. Mesmo dentre as que se dispuseram a colaborar com o governo estadual, os prédios cedidos eram, em geral, inadequados.

Nos anos seguintes, o secretário Coelho de Souza retomou o assunto. Em 1941, comunicou aos delegados regionais que havia sido informado que algumas prefeituras continuavam a fornecer prédios inadequados e sem condições higiênicas e pedagógicas, “verdadeiros pardieiros” (Sesp, circular n. 2.035, 27 mar. 1941). Em 1942, assinalou que havia prefeituras que não correspondiam ao empenho do governo, levando-o a ordenar que, a cada início de ano, os delegados regionais deveriam inspecionar os grupos escolares e proceder à interdição ou fechamento daqueles sem condições apropriadas (Sesp, circular n. 145, 28 jan. 1942).

A construção de prédios pelas prefeituras era outro motivo de contencioso, na medida em que essas nem sempre cumpriam na íntegra os projetos recebidos da Sesp. Por meio de ofício expedido em de junho de 1941, Coelho de Souza alertava para a necessidade da execução do projeto arquitetônico elaborado pela Secretaria de Obras Públicas, o qual previa a construção de prédios escolares em áreas rurais, com capacidade para atender a 150 estudantes, ao passo que alguns prefeitos insistiam em executar as referidas obras com capacidade para cem estudantes.

Mas a vontade do cumprimento rigoroso das orientações técnicas e administrativas da Sesp, quanto à criação ou instalação de novas escolas, esbarrava também nos delegados regionais de educação, designados pela própria Secretaria, o que levou o secretário a reclamar que os expedientes recebidos das delegacias regionais não correspondiam “às claras e elementares solicitações”: vários prefeitos não foram consultados sobre a construção de prédios; locais escolhidos para construção de prédios em áreas rurais não haviam sido incluídos na relação de pedidos que, “repetindo os vícios que queríamos extirpar”, incluíam locais inapropriados ou dados inaproveitáveis (Sesp, ofício circular s/n, 2 jan. 1941). Além disso, havia notícias de aproveitamento inadequado de recursos estatais. Em 1942, cada grupo



escolar situado em zona sub-urbana e rural havia recebido 50\$000, destinados à contratação de encarregado pela conservação e limpeza dos prédios escolares. Entretanto,

chegou ao meu conhecimento que várias diretoras, no decurso do ano, não contrataram nenhuma pessoa para a função de servente do estabelecimento e que, ao se iniciarem as férias, retiraram-se da localidade deixando o prédio fechado, o que equivale dizer, em abandono. (Sesp, ofício ao delegado da 3ª Região Escolar, 3 jan. 1942)

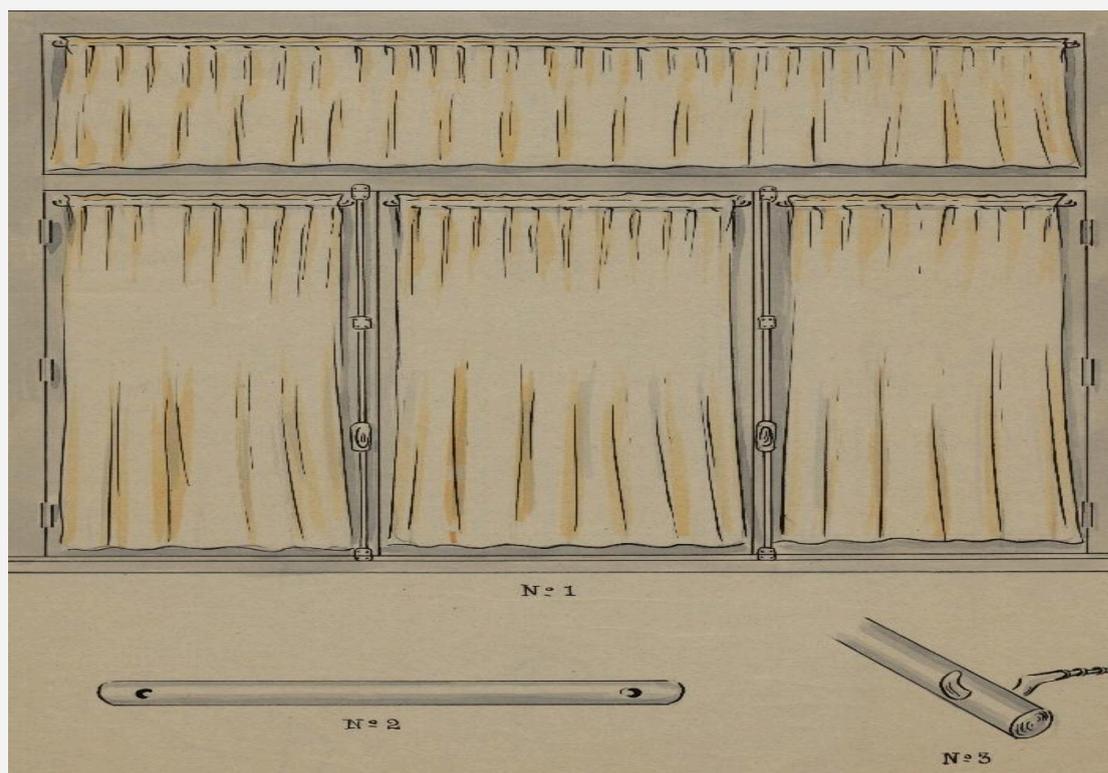
Alguns pormenores eram objeto de atenção direta do secretário Coelho de Souza, em suas viagens de inspeção. Em 1942, a diretora geral de Instrução Pública informou, aos diretores das escolas estaduais, a preocupação do secretário quanto à conservação dos prédios escolares e a negligência na utilização das cortinas fornecidas pelo Estado (Sesp/Dgip, circular n. 5.235, 20 jul. 1942). Assim, sob o argumento de que a organização do espaço escolar interferia no espírito infantil e marcava profundamente a sua educação, foram encaminhados, às direções dos grupos escolares, em março de 1943, não apenas a descrição do modelo de cortina a ser utilizado, mas também o detalhamento, em minúcias, dos procedimentos para a sua instalação:

I - a sanefa terá de largura a altura da bandeira das janelas, depois de feita a bainha que lhe dá remate na parte inferior ou colocada renda como guarnição, e a que, superiormente, enfiará em uma haste de ferro ou madeira ou em uma taquara fina. Esta haste se fixará à verga da janela, como vê no desenho explicativo n. 2. II - as cortinas revestirão, em toda a altura e largura, as vidraças - duas ou três em que se dividem as janelas - e, como a sanefa, terminarão, inferiormente, em bainha ou guarnição de renda e, superiormente, em corrediça que também enfiará em haste de ferro ou madeira ou em taquara fina. Esta será fixada ao caixilho, por meio de ganchos (desenho explicativo n. 3) para permitir correr a cortina, protegendo a sala de aula contra o sol, ou afastá-la, quando se fizer necessário aumento de luz. (SESP/DGIP, mar., 1943)

Essa descrição foi acompanhada de um desenho ilustrativo da instalação das cortinas, mostrado a seguir.



FIGURA 2 - Prescrição do modelo de cortina para as janelas dos prédios de grupos escolares.



Fonte: Sesp/Dgip, mar., 1943.

Mais do que um ato de administração diligente, que age com o máximo cuidado e interesse na preservação dos bens coletivos, a prescrição exemplar do modo de instalar e utilizar as cortinas nos prédios escolares, materializa e confere visibilidade à intensa incidência do controle e da normatização a que estavam sujeitas as direções das escolas e os professores. Além disso, no âmbito de um movimento de reforma, que instaura ações e procedimentos até então inéditos e com múltiplos desdobramentos, põe em circulação uma discursividade relacionada à excelência necessária à organização escolar.

Ao longo da duração de seu mandato, o zelo com as instalações escolares foi objeto de atenção permanente de Coelho de Souza. Em 1944, o secretário voltou ao assunto ao alertar os delegados regionais para situações irregulares, constatadas no decorrer de suas viagens de

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-21, e-rte331202416, 2024.



inspeção: pregos nas paredes, falta de cortinas, desleixo e depredação dos prédios e utilizações não previstas dos espaços.

Pela circular n. 98, de janeiro de 1944, o secretário relacionou os problemas encontrados nas suas viagens de inspeção e para os quais solicitava providências:

a) abuso de pregos nas paredes, pela abundância de folhas de cartolina presas pelas quatro pontas, postas e renovadas em lugares diferentes; b) necessidade de cortinas nas janelas: a esse propósito, devo observar que faço questão formal de não encontrar mais o desolador aspecto de móveis e assoalhos ressequidos, rachando ao sol, como, infelizmente, presenciei em minhas viagens de inspeção; c) muitos engenheiros das obras públicas, visitando prédios nossos, reclamam contra o desleixo das porteiras-serventes que, no seu dizer, acumpliciam-se com as crianças na obra de depredação dos prédios; d) às direções que atuam em escolas instaladas em prédios novos, deverá ser recomendado que os utilizem de conformidade com a distribuição de peças constantes das plantas, não alterando a sua destinação com empregos diferentes. (SESP, circular n. 98, de janeiro de 1944)

O governo estadual requeria, embora não fosse o efetivo provedor de todos recursos financeiros necessários, a instalação de um quadro de excelência educacional. Porém, enfrentava-se uma situação de fragilidade das instalações escolares em todas as regiões do Estado. Veja-se o caso do relatório da professora Alda M. Fernandes, orientadora de educação elementar em Uruguaiana, apresentado à Secção Técnica, em 4 de maio de 1941.

QUADRO 1 - Situação das unidades escolares da 10ª Região Escolar, Uruguaiana, 1941.

Grupo Escolar Domingos José de Almeida	
Instalações	Prédio apropriado, mas exige reparos na pintura, calçada, aterro do pátio e recreação.
Mobiliário	Insuficiente e em mau estado de conservação.
Material didático	Inexistente.
Corpo docente	Esforçado, embora não unido.
Instituições escolares	Funcionam várias instituições que não preenchem as suas funções educativas pelos vícios da organização de que se ressentem.
Grupo Escolar Antonio Mary Ulrich	
Instalações	Prédio inadequado, locado pela prefeitura.
Mobiliário	Carteiras e quadros em mau estado de conservação.
Material didático	Inexistente.
Corpo docente	Deixa muito a desejar. Pouca cultura das mestras e falta de iniciativa da diretora que, segundo sua opinião, pouco se interessa pelo grupo.
Instituições escolares	Está em organização a caixa escolar.



Grupo Escolar Júlio de Castilhos	
Instalações	Prédio de alvenaria que exige reparos.
Mobiliário	Suficiente.
Material didático	Inexistente.
Corpo docente	Constituído de 9 professoras contratadas das quais uma exerce as funções de diretora interina.
Instituições escolares	Caixa e merenda escolar.
Grupo Escolar Rheingantz	
Instalações	Cedido pelo município. Há necessidade de pintura interna e externa.
Mobiliário	Insuficiente.
Material didático	Inexistente.
Corpo docente	--
Instituições escolares	Não preenche suas funções educativas.
Grupo Escolar Romagueira Correa	
Instalações	Prédio de propriedade do município. O número de salas é insuficiente, o pátio pouco espaçoso e necessita de reparos.
Mobiliário	Suficiente.
Material didático	Insuficiente.
Corpo docente	É esforçado.
Instituições escolares	Funcionam regularmente.
Escola Isolada de Igiquiquá	
Instalações	Péssimas.
Mobiliário	--
Material didático	--
Corpo docente	É regida por um professor pouco afeito ao trabalho. Matrícula e frequência reduzidíssimas.
Instituições escolares	--

Fonte: Fernandes, 1941.

Parte desta situação, era atribuída às restrições orçamentárias. Em documento manuscrito de 1941, a diretora geral de Instrução Pública, Olga Acauan Gayer, relatou que a campanha de expansão da escolarização, promovida pelo governo estadual, perdera o impulso inicial. Enquanto, em 1939 haviam sido criados 84 grupos escolares; em 1940, foram 53 e, em 1941, foram 30. O mesmo acontecera com a criação de escolas isoladas: em 1939, haviam sido criadas 45, em 1940, foram 9 e, em 1941, apenas 6. Finalmente, alertava ao secretário Coelho de Souza que, em função da carência de recursos, além de não se conseguir melhorar taxa de matrícula, por insuficiência de vagas, incorria-se no risco de paralisia do movimento de reforma educacional iniciado com a nacionalização do ensino (Gayer, 1941).

Assim, os dados apresentados no quadro acima e o alerta da diretora geral de Instrução Pública, oferecem uma medida do paradoxo instalado. De um lado, o rigor com que o



secretário Coelho de Souza requeria o cumprimento das normas e prescrições exaradas pela Secretaria e, de outro, os problemas que envolviam prédios em más condições de uso ou com necessidade de reparos, a inexistência de material didático, a falta ou má conservação do mobiliário e um corpo docente com parca formação. Isso atesta as dificuldades do governo estadual em prover aquilo a que se propunha: uma educação renovada, que demandava prédios confortáveis e higiênicos, material didático e corpo docente profissionalizado e qualificado.

De outra parte, a carreira do magistério primário passou por uma importante reformulação no Rio Grande do Sul, em especial, pelo decreto n. 7.640, de 28 de dezembro de 1938, que organizou e regulamentou esta carreira. Por meio da reformulação, dirigida no sentido da profissionalização do pessoal docente, foi estabelecido o concurso público como forma de recrutamento. Procedeu-se à normatização da distribuição dos professores, segundo a classificação das escolas, e acesso gradativo aos níveis da carreira, mediante concurso de remoção, baseado nos critérios de tempo, merecimento e aperfeiçoamento cultural e técnico.

Também teve lugar, neste momento, o estabelecimento de um sistema de promoções; a adoção de um sistema de remuneração para diretores de grupos escolares; a concessão, aos professores e aos subvencionados, dos direitos assegurados aos diplomados; e concessões especiais aos professores contratados, estaduais e municipais, no que se refere à renovação de matrícula e regime escolar nas escolas complementares oficiais e equiparadas. Por fim, foi previsto o estímulo para estudos de aperfeiçoamento ou especialização.

Dentre as medidas do decreto n. 7.640/1938, uma se relaciona diretamente com o espírito da nacionalização do ensino: de acordo com o art. 23, os professores aprovados em concurso seriam designados para a classe de primeiro estágio e nomeados para escolas localizadas em fazendas, centros agrícolas ou industriais e povoados, vilas ou cidades de até três mil habitantes, o que, no geral, significava distanciamento da família e muito trabalho:

No final da década de 1930 [eu era] uma jovem recém-formada em escola complementar (antiga escola normal e hoje Instituto de Educação) [quando fui] nomeada para uma escola em zona rural, perto das barrancas do rio Uruguai, fronteira com Santa Catarina. Ao chegar ao grupo escolar coube-me uma classe de alfabetização com 52 crianças, 12 das quais não



falavam português. O trabalho foi muito árduo e me sentia bastante insegura nas tarefas. No ano seguinte, fui designada para a direção do grupo escolar. (CABRAL, 1988, p. 40)

Relatórios da Diretoria Geral de Instrução Pública, de 1939 e 1940, citam outras medidas importantes relacionadas ao magistério: a reorganização do ensino normal, condição considerada indispensável à execução do programa de reforma da educação primária; a realização de estágios no Rio de Janeiro e em São Paulo, nas áreas de cinema educativo, música e canto orfeônico, estatística aplicada à educação, educação pré-primária e instituições escolares, problemas gerais de educação e educação rural. Neste contexto, um movimento importante começou a ganhar, paulatinamente, proeminência no âmbito da Secretaria: a orientação pedagógica aos professores.

Esta atividade que, com menor envergadura, já era executada pela Seção Técnica, começou a se ampliar expressivamente e envolveu, nos anos de 1938 e 1939, inúmeras ações: elaboração de planos de trabalho escolar e organização de campanhas que buscavam a formação de atitudes e hábitos desejáveis, tais como Semana da Pátria, Proclamação da República, Semana da Asa e Cruzada Anti-Alcoólica; elaboração de comunicados e circulares de orientação; organização de cursos de aperfeiçoamento pedagógico, de administração escolar, de especialização em desenho e artes aplicadas e em música, educação rural, preparação para professores de núcleos indígenas, de educação física e de reajustamento pedagógico; realização de reuniões que envolviam os professores dos grupos escolares, os aplicadores dos testes ABC, os professores orientadores de ensino, os delegados regionais de ensino e os diretores das regiões escolares; estudo de obras didáticas e de literatura infantil e o exame de livros adotados nas escolas estrangeiras; elaboração de programas mínimos para as escolas primárias.

Uma dimensão da importância que a formação e o aperfeiçoamento pedagógico do magistério adquiriram no âmbito da Secretaria, foi o encontro para professores estaduais ocorrido entre os dias 14 a 26 de junho de 1939, com a presença de Lourenço Filho e Everardo Backheuser. Lourenço Filho tratou de temas relacionados à psicologia da aprendizagem e a problemas de administração escolar, enquanto Backheuser abordou diretrizes da nova didática e ensino globalizado.



QUADRO 2 - Programa de visitas e trabalho de Everardo Backheuser e Lourenço Filho entre 14 a 26 de junho de 1939.

Dia e hora	Atividade
Dia 14 16h	Encerramento do primeiro semestre de atividades do Instituto de Educação e homenagem a S. Excia. Snr. Secretário da Educação e Saúde Pública.
Dia 15 9h 15h	Visita ao Departamento Estadual de Saúde. Abertura dos cursos no Instituto de Educação.
Dia 16 9h 10h30min Das 15h às 17h	Visita ao Grupo Escolar Paula Soares. Inauguração da biblioteca escolar no Colégio Concórdia. Palestras no Instituto de Educação pelos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser.
Dia 17 10h Das 15h às 17h	Visita às Faculdades de Direito e Medicina. Palestras no Instituto de Educação pelos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser.
Dia 18	Excursão a Tapes.
Dia 19 10h 12h Das 15h às 17h	Visita à Escola de Agronomia. Almoço na Escola de Agronomia. Palestras no Instituto de Educação pelos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser.
Dia 20 9h 12h Das 15h às 17h	Visita ao Colégio São José e aos estabelecimentos fabris da cidade de São Leopoldo. Almoço no Colégio São José. Palestras no Instituto de Educação pelos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser.
Dia 21 9h Das 15h às 17h	Visita à Escola de Engenharia, ao Ginásio Nossa Senhora do Rosário e ao Instituto Porto Alegre. Palestras no Instituto de Educação pelos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser.
Dia 22 9h Das 15h às 17h	Visita às refinarias de banha, Gravataí. Palestras no Instituto de Educação pelos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser.
Dia 23 9h	Visita ao Grupo Escolar de Vila Nova e Sanatório Belém.



Das 15h às 17h	Palestras no Instituto de Educação pelos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser.
Dia 24	Excursão a São Sebastião do Caí.
Dia 25	Concerto no Teatro São Pedro.
Dia 26	Visita ao Instituto de Belas Artes e à Biblioteca Pública.

Fonte: Sesp/Secção Técnica, 1939.

A significação deste evento foi de tal envergadura que, além da repercussão na imprensa, uma placa comemorativa foi inaugurada e encontra-se ainda hoje no corredor do Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, na qual se lê:

Em junho de 1939, sendo interventor federal no Rio Grande do Sul o cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, secretário da Educação e Saúde Pública o dr. J. P. Coelho de Souza e diretora da Instrução Pública a prof^a Olga Acauan Gayer, realizaram neste Instituto de Educação o primeiro curso de aperfeiçoamento pedagógico os eminentes professores: Everardo Backheuser e Lourenço Filho.

Além deste curso, outros foram oferecidos nos anos subsequentes. Em 1940, a professora Ceição de Barros Barreto ministrou um curso de extensão para professores de música. Em 1942, a professora Celina Nina veio ao Rio Grande do Sul para ministrar um curso para professores de jardins de infância. Em março deste mesmo ano, seis professoras – Alaíde Palisses, Eloah Brodt, Jurema Lopes, Zenaide Cardoso Schultz, Nanci Anicet e Maria Ercí Alexandre –, foram designadas pela Sesp para, em Minas Gerais, frequentar o curso de Administração Escolar, com dois anos de duração.

No contexto da nacionalização do ensino, foi atribuído ao magistério um papel de primeira importância. Ele se constituía no principal agente para a consecução do planejamento governamental e sua adesão era, portanto, imprescindível. O depoimento do interventor Cordeiro de Farias não deixa dúvidas quanto à atenção que o magistério recebeu:

Tendo em vista o problema da infiltração nazista, decidimos utilizar as escolas como meio de neutralizar as influências do meio social. Resolvemos então criar incentivos especiais para as professoras que concordassem em se deslocar para locais mais distantes, sob maior influência alemã. Oferecemos a elas residência, serviço de saúde e proteção policial, além de salário normal a que tinham direito [...]; nas áreas mais carentes fizemos convênios com



entidades particulares para intensificar a formação de quadros. Enfim, foram cercadas de todo cuidado e tratadas como verdadeiras princesinhas. (CAMARGO; GOES, 1981, p. 273)

O relatório de 1940 da Diretoria Geral de Instrução Pública, destaca ações de aparelhamento das escolas primárias e normais para dotá-las de recursos, como a aquisição de mobiliário, material de consumo e didático; o estabelecimento de normas gerais para a realização dos exames nas escolas primárias; a determinação de bases para a elaboração das provas de exame; elaboração das provas para as classes de primeiro ano de todas as escolas da capital; elaboração de fichas para registro do aproveitamento dos estudantes e estudo das fichas de aproveitamento e organização das classes; a intensificação e orientação das atividades extraclasse, como excursões e clubes escolares.

Tais ações incluíam, ainda, a reorganização e incentivo às instituições auxiliares da escola: biblioteca escolar, museu, auditório, orfeão, caixas escolares, cooperativa, colônia de férias, círculo de pais e mestres, merenda escolar e a elaboração do regimento interno para as escolas primárias estaduais. Este regimento interno foi instituído pelo decreto 7.929, de 30 de agosto de 1939. Nos seus 127 artigos, trata dos tipos de escola e sua estrutura – escolas isoladas e grupos escolares –, assim como disciplina o seu funcionamento e discrimina as atribuições do pessoal docente e administrativo. Mais do que isso, busca normalizar o sistema educativo pelo estabelecimento de uma diretriz de funcionamento: “fixar atribuições, traçar normas bem definidas e prever solução adequada para os diversos serviços existentes” (SESP/DGIP, 1940, p. 10). Neste regimento, ainda, encontram-se vários princípios provenientes da Escola Nova e que já alcançavam circulação no Rio Grande do Sul: hora de reparação, durante qual os estudantes deviam ter acesso a atividades recreativas de sua livre e espontânea escolha; exposições escolares; bibliotecas; excursões e a criação de instituições escolares.

Mas, neste momento, houve uma ruptura fundamental: além de reformar-se, legislar, oferecer condições materiais e contratar pessoal docente e técnico-administrativo, o Estado precisou proporcionar uma orientação e, sobretudo, uma direção político-pedagógica para a educação. Esta direção, segundo Alda Cardozo Kremer, seguiu o



influxo do movimento pedagógico renovador, que irradiou no Brasil os princípios e conceitos da Escola Nova, cujas experiências, ao findar do século 19, agitavam os centros culturais da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, [e orientou] a organização administrativa que se implantava - confiada a ilustres homens públicos, como Otelo Rosa, José Pereira Coelho de Souza, e eminentes educadores, Olga Acauan Gayer, Marieta Cunha Silva, Ida Silveira, Graciema Pacheco e outros, - e assegurou para o sistema de educação do Rio Grande do Sul seguro embasamento e diretrizes de longo alcance. (KREMER, 1969, p. 263)

Tal orientação foi produzida e feita proliferar pelos especialistas em educação, vinculados à Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, coordenada pelas professoras Olga Acauan Gayer e Marieta da Cunha e Silva, que podem ser consideradas, “na parte administrativa e técnica, como as dirigentes de fato da educação do Rio Grande do Sul” (KUNZ, entrevista em 21 nov. 2005).

A implicação disso, foi a produção de um espaço institucional no âmbito do qual foi possível que o discurso reformista se estabelecesse. Este espaço se constituiu como lugar de poder/saber, lugar privilegiado de onde os especialistas passaram a enunciar, para professores e estudantes, um discurso científico e, portanto, o único autorizado. Ao mesmo tempo em que a nacionalização do ensino engendrou as condições de emergência da reforma educacional, o discurso da modernização e da inovação possibilitou as suas condições de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reorganização e aparelhamento da Sesp, foi especialmente intenso e provocou múltiplos desdobramentos. As ações implantadas, no âmbito da reforma educacional, apontam na direção da instauração de uma racionalidade administrativa, que envolveu o aumento do número de componentes da equipe técnica e administrativa da Secretaria; uma extensa legislação, normalização e regulamentação de todos os âmbitos do sistema educativo, que passou a ser objeto de minuciosas prescrições e de formas apuradas de controle da gestão; a construção de prédios escolares; a contratação de professores, orientadores e inspetores; a intensificação de ações relacionadas à profissionalização do magistério, mediante o oferecimento de orientação técnica e pedagógica, cursos de aperfeiçoamento, reuniões e estudo de obras didáticas.



Data, portanto, da nacionalização do ensino, o processo de organização de um sistema educativo estatal no Rio Grande do Sul, orientado e planejado a partir de diretrizes teóricas, técnicas e administrativas, que redefiniram o problema da educação, da escola e da profissionalização do magistério como problemas de ciência e de reforma.

Conclui-se, que o processo de reorganização e reaparelhamento Estado, no âmbito educacional no Rio Grande do Sul, que até então estruturava-se a partir de uma pequena estrutura administrativa, restringia-se a poucos atos legislativos e a reduzidas iniciativas de aperfeiçoamento do magistério, engendrou as condições de emergência da reforma e da modernização educacional, a partir da qual o Estado proporcionou uma direção político-pedagógica para a educação. No âmbito desta direção, destacam-se a ampliação de sua estrutura administrativa e a implantação de novas formas de gestão da educação, mediante uma extensa e minuciosa normatização e burocratização, pautadas por uma forte vontade disciplinante.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Ruth. Rememorando. **Revista Psico**. Porto Alegre: PUCRS, v. 16, p. 40-45, 1988.
- CAMARGO, Aspásia; DE GOES, Walder. **Meio século de combate**: diálogos com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CORREIO DO POVO. **A atividade da Secretaria de Educação e Saúde Pública**. Porto Alegre, 3 fev. 1938, p. 10.
- CORREIO DO POVO. **As construções escolares no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 18 abr. 1945, p. 3.
- CORREIO DO POVO. **Construções e programas escolares**. Porto Alegre, 1º mar. 1938, p. 5.
- FERNANDES, Alda M. **Relatório de atividades**: orientadora de educação elementar. 4 mai. 1941.
- GAYER, Olga Acauan. **Documento manuscrito**. 1941.
- KREMER, Alda Cardozo. Panorama da educação. In: KREMER, Alda Cardozo et al. **Rio Grande do Sul terra e povo**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 259-283.
- KUNZ, Eloah Brodt Ribeiro. **Entrevista a Claudemir de Quadros**. Porto Alegre, 21 nov. 2005.



LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Prefácio. In: MEC/Inep. **A administração dos serviços de educação**. Boletim n. 12. Rio de Janeiro: MEC/Inep, 1941.

MEC/INEP. **A administração dos serviços de educação**. Boletim n. 12. Rio de Janeiro: MEC/Inep, 1941.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional**: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação**: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ufrgs, 2006. 429f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

QUADROS, Claudemir de. Uma escola nova no Rio Grande do Sul: planejamento, sistematicidade, reforma e modernidade (1937-1945). **Textura**, Canoas, v. 25, n. 64, p. 559-581, 2023.

QUADROS, Claudemir de. **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: UFSM, 2014.

SESP. **Circular n. 145**. 28 jan. 1942.

SESP. **Circular n. 2.035**. 27 mar. 1941.

SESP. **Circular n. 98**. Jan. 1944.

SESP. **Ofício ao delegado 3ª Região Escolar**. 3 jan. 1942.

SESP. **Ofício circular n. 1.376**. 11 nov. 1940.

SESP. **Ofício circular n. 8.310**. 22 jul. 1938.

SESP. **Ofício circular s/n**. 2 jan. 1941.

SESP/DGIP. **Circular n. 5.235**. 20 jul. 1942.

SESP/DGIP. **Instruções para instalação de cortinas nos grupos escolares**. Mar. 1943.

SESP/DGIP. **Relatório de 1939**. Porto Alegre: Secção Técnica, 1939.

SESP/DGIP. **Relatório de 1940**. Porto Alegre: Sesp/Dgip, 1940.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **O nacional e o local**: ingerência e permeabilidade na educação brasileira. Bragança Paulista: Edusf, 2005.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutor em Educação. Professor na Universidade Federal de Santa Maria/RS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1204-0355>. E-mail: claudemirdequadros@gmail.com.

Submetido em: 15 de maio de 2023.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-21, e-rte331202416, 2024.



RTE REVISTA
TEMAS EM
EDUCAÇÃO

ISSN
VERSÃO IMPRESSA: 0104-2777
VERSÃO ONLINE: 2359-7003



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.66685

Claudemir de Quadros
**Controle e normatização com vistas à excelência
da organização escolar no Rio Grande Do Sul
(1937-1945)**

Aprovado em: Dezembro de 2023.

Publicado em: Maio de 2024.